



UNIVERSIDADE DE LISBOA
Faculdade de Medicina Veterinária
Serviços Técnicos e Administrativos

CONCURSO PÚBLICO N.º 07/FMV/2025

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO



UNIVERSIDADE DE LISBOA
Faculdade de Medicina Veterinária

Serviços Técnicos e Administrativos

CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL
DA UNIÃO EUROPEIA

Artigo 1.º

Objeto e Identificação do Procedimento

1. O presente programa de concurso tem por objeto a aquisição, por lotes, de Equipamentos para os laboratórios de aulas práticas da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa, especificamente:
 1. **Lote 1:** Microscópios e acessórios;
 2. **Lote 2:** Câmaras;
 3. **Lote 3:** Centrífuga.
4. O procedimento de contratação adotado segue a forma de Concurso Público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.
5. O procedimento rege-se pelo Código do Contratos Públicos (adiante designado por CCP) e decorrerá na plataforma eletrónica com o seguinte endereço:
<https://www.acingov.pt/>
6. Não haverá lugar a leilão eletrónico.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa (FMV-ULisboa), sita na Avenida da Universidade Técnica – Pólo Universitário do Alto da Ajuda, 1300-477, Lisboa, NIPC 502286326, com os números de telefone 213652800 e com o endereço de correio eletrónico contratacaopublica@fmv.ulisboa.pt.

Artigo 3.º

Decisão de Contratar

É tomada por despacho do Presidente da Faculdade de Medicina Veterinária (FMV-ULisboa), órgão competente para autorizar a despesa, no uso de competência própria, nos termos do disposto do nº 1 do artigo 36º do Decreto-lei nº18/2008 de 29 de janeiro.

Artigo 4.º



UNIVERSIDADE DE LISBOA
Faculdade de Medicina Veterinária
Serviços Técnicos e Administrativos

Fundamento da Escolha do Procedimento

A FMV-ULisboa celebra o presente procedimento no âmbito de Concurso Público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, cumprindo com o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 20º do CCP, conforme informação interna n.º 22/2025/GAP.

Artigo 5.º

Órgão Competente para prestar esclarecimentos

A própria entidade adjudicante é o órgão competente para conduzir o procedimento de formação do contrato, prestação de esclarecimentos e correção de erros e omissões das peças do procedimento, por delegação de competências do órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 6.º

Pedidos de Esclarecimentos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito através da plataforma eletrónica descrita, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, à entidade adjudicante, através da plataforma eletrónica de contratação definida no nº 3 do artigo 1º do presente programa.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados por escrito, pela entidade adjudicante, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação.
3. Os esclarecimentos serão parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 7.º

Erros ou Omissões

1. Os erros e as omissões do caderno de encargos detetados devem ser apresentados na plataforma eletrónica, através de uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente os respetivos erros e omissões, devendo fazê-lo até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas.



UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Medicina Veterinária

Serviços Técnicos e Administrativos

2. Os erros e as omissões do caderno de encargos devem dizer respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis; ou
 - d) Outros erros ou omissões do projeto de execução que não se integrem em qualquer das alíneas anteriores.
3. A apresentação, por qualquer interessado, da lista de erros e omissões referida no número anterior será notificada a todos os interessados e suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicação, na plataforma eletrónica, da decisão sobre a aceitação ou rejeição dos erros e omissões detetados ou, em alternativa, até ao termo do prazo de apresentação de propostas inicialmente fixado.
4. A suspensão referida no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período máximo, único e improrrogável de 60 (sessenta) dias.
5. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas ou ao termo da prorrogação, o órgão competente para a decisão de contratar pronunciar-se-á sobre a aceitação ou rejeição dos erros ou omissões detetados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.
6. A decisão referida no número anterior será publicitada na plataforma eletrónica e notificada a todos os interessados
7. Na eventualidade de existir necessidade de prorrogação de prazo, estas caberão ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados, publicando-se imediatamente aviso da decisão, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º e no n.º 1 do artigo 131.º ambos do CCP.

Artigo 8.º

Plataforma Eletrónica



UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Medicina Veterinária

Serviços Técnicos e Administrativos

O presente procedimento decorrerá integralmente por forma eletrónica, devendo todos os atos e notificações dos concorrentes, do júri ou órgão competente para decisão de contratar ser praticados através da plataforma eletrónica ACINGOV, acessível através da hiperligação <https://www.acingov.pt/>

Artigo 9.º

Peças do Procedimento

1. O procedimento rege-se pelo disposto no presente Programa de Concurso, no Caderno de Encargos e respetivos anexos, bem como por quaisquer outros documentos que façam ou venham a fazer parte integrante do presente procedimento, designadamente os esclarecimentos e retificações que venham a ser prestados.
2. As peças do concurso estarão disponíveis, de forma direta, na plataforma eletrónica anteriormente identificada.
3. Será, obrigatoriamente, registado o nome e o endereço eletrónico dos interessados que adquirem as peças do concurso, não constituindo a aquisição das mesmas, em caso algum, condição de participação dos mesmos.
4. As peças deste procedimento podem ser consultadas, em suporte papel, nas instalações da entidade adjudicante, sitas na morada referida no artigo 2º do presente programa, nos dias úteis, no horário decorrido entre as 9h e 13h e das 14h às 18h.

Artigo 10.º

Idioma dos Documentos da Proposta

1. As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser redigidas em língua portuguesa.
2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os referidos documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve a entidade adjudicatária fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 11.º

Documentos da Proposta



UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Medicina Veterinária

Serviços Técnicos e Administrativos

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta, à entidade adjudicante, a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta deverá, obrigatoriamente e sob pena de exclusão, ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o anexo I ao programa (cfr. Anexo I do CCP);
 - b) Documentos que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato submetido à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que a entidade adjudicatária se vincule, que são:
 - i. Preço;
 - ii. Documentos que, do ponto de vista técnico, permitam a avaliação inequívoca do cumprimento dos requisitos do Caderno de Encargos.
 - c) Declaração do concorrente relativa a impedimentos, cumprindo com o disposto nos n.ºs. 1, 3 e 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, elaborada em conformidade com o Anexo II do presente programa;
 - d) Documento justificativo de preço anormalmente baixo, caso se aplique.
3. Sem prejuízo do N.º 2 do Artigo 71.º do CCP, não é definido um preço anormalmente baixo.
4. Na proposta os concorrentes devem indicar o preço do fornecimento que constitui o objeto do procedimento, que não deve incluir o IVA.
5. A proposta deve indicar todos os elementos respeitantes ao preço.
6. No caso de agrupamento concorrente, devem ser apresentados os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, conferindo poderes ao representante comum para os vincular no âmbito do presente procedimento.
7. Constituem encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração das propostas.

Artigo 12.º

Assinatura eletrónica



UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Medicina Veterinária

Serviços Técnicos e Administrativos

1. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as candidaturas e as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
2. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade adjudicatária submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
3. A falta de assinatura eletrónica nos documentos que constituem as candidaturas e propostas é motivo de exclusão.

Artigo 13.º

Visita às instalações

No período para a apresentação das propostas, os concorrentes poderão visitar as instalações da entidade adjudicante, em data e hora a combinar com a pessoa responsável pelo departamento em causa através do seguinte contacto:

- Professor Luís Madeira de Carvalho
- Gestor do Contrato
- madeiradecarvalho@fmv.ulisboa.pt

Artigo 14.º

Prazo e modo de apresentação da proposta

1. As propostas devem ser apresentadas exclusivamente de forma eletrónica, na plataforma de compras públicas, acessível em <https://www.acingov.pt/>.
2. As propostas deverão ser entregues até às 18:00 horas do 30º dia a contar da data do envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.
3. O anúncio do concurso será publicado em Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.

Artigo 15.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.



UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Medicina Veterinária

Serviços Técnicos e Administrativos

Artigo 16.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas

Artigo 17.º

Critério de Adjudicação

1. O critério de adjudicação adotado neste concurso público é o da proposta economicamente mais vantajosa, **por lote**, prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, tendo em conta as seguintes variáveis de apreciação:
 - a) Preço – 100%
2. Como primeiro fator de desempate será utilizado o preço: a proposta que apresentar menor prazo de entrega dos bens.
3. Como segundo fator de desempate recorrer-se-á ao sorteio, nos termos da alínea c) do n.º 5 do Art.º 74.º do CCP.

Artigo 18.º

Admissão de Concorrentes

1. Podem apresentar proposta neste Concurso Público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia pessoas singulares ou coletivas.
2. Os concorrentes podem constituir-se em agrupamento, sem que entre os agrupados exista qualquer modalidade jurídica de associação, sendo todos os membros do agrupamento solidariamente responsáveis pela manutenção da proposta apresentada.
3. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, sob a forma de Consórcio externo, com responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

Artigo 19.º

Exclusão das propostas



UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Medicina Veterinária

Serviços Técnicos e Administrativos

Serão excluídas, as propostas que se encontrem em alguma das condições previstas no n.º 2 do artigo 70º do CCP e/ou na condição apresentada pelo n.º 2 do artigo 13º do Decreto-Lei n.º 143-A/2008 de 25 de julho e ainda no caso de não apresentação dos documentos exigidos.

Artigo 20.º

Valor da caução

1. Não é exigida caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art.º 88.º.

Artigo 21.º

Documentos de Habilitação

1. A entidade adjudicatária deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:
 - a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º1 do artigo 81º do CCP, conforme modelo constante do anexo III do programa (cfr. Anexo II do CCP);
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º do CCP, os quais deverão obedecer ao previsto no artigo 83º-A do CCP;
 - c) Certificado de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços, a que se refere o n.º 4 do artigo 81º do CCP, sem prejuízo da possibilidade de substituição nos termos do n.º 5 do mesmo artigo: entrega de Certidão Permanente ou do comprovativo de Registo Nacional de Pessoas Coletivas ou documento equivalente.
2. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve a entidade adjudicatária fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
3. A entidade adjudicatária deve apresentar através da plataforma indicada no presente programa, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nos números anteriores. No caso de indisponibilidade da plataforma eletrónica, deverá ser utilizado o endereço eletrónico indicado no artigo 30º do presente programa.



UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Medicina Veterinária

Serviços Técnicos e Administrativos

- a) A entidade adjudicatária pode, em substituição da reprodução dos documentos referidos no número anterior, indicar o sítio da internet onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos, sítio e documentos deles constantes, estejam redigidos em língua portuguesa. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os referidos documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve a entidade adjudicatária fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
 - b) Poderá ainda a entidade adjudicatária prestar consentimento, nos termos da lei, para a consulta da informação relativa a qualquer destes documentos.
4. Verificando-se irregularidades nos documentos apresentados, será concedido um prazo de 5 (cinco) dias úteis para a respetiva supressão.

Artigo 22.º

Compromisso de Terceiros

Caso o adjudicatário tenha feito depender o cumprimento de algum atributo, termo ou condição da proposta adjudicada do compromisso assumido por uma entidade terceira, deverá, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar à entidade adjudicante uma declaração na qual esse terceiro confirme, de forma expressa, inequívoca e incondicional, o seu compromisso quanto ao atributo, termo ou condição em causa.

Artigo 23.º

Caducidade da Adjudicação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:
- a) Não apresentar os seus documentos de habilitação no prazo fixado no n.º 1 do artigo 23º ou no prazo adicional previsto no n.º 4 do mesmo artigo do presente programa;
 - b) Falsificar qualquer documento de habilitação ou prestar culposamente falsas declarações;
 - c) Apresentar documentos de habilitação redigidos em outro idioma que não o legalmente exigido, e sem que os mesmos sejam acompanhados de tradução devidamente legalizada;



UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Medicina Veterinária

Serviços Técnicos e Administrativos

- d) Não prestar caução, no montante, termos e prazos fixados nos artigos 20º e 21º do presente programa;
 - e) Não confirmar os compromissos assumidos por terceiros relativamente a atributos, termos ou condições da proposta adjudicada, se for o caso;
 - f) No caso de agrupamento concorrente, se os membros desse agrupamento não se associarem na modalidade prevista no n.º 3 do artigo 18º até à data fixada para a outorga do contrato;
 - g) Não comparecer na data, hora e local fixados para a outorga do contrato.
2. Nos casos previstos no número anterior, o adjudicatário perde a caução que tiver sido prestada, sem prejuízo do dever de indemnizar a entidade adjudicante por todos os danos provocados pela caducidade da adjudicação e da comunicação à autoridade competente, para efeitos da instauração do procedimento contraordenacional a que deva haver lugar.
3. Declarada a caducidade da adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar adjudicará a proposta que tiver sido ordenada no lugar imediatamente subsequente, seguindo-se, com as necessárias adaptações, os trâmites previstos nos artigos anteriores.

Artigo 24.º

Minuta de Contrato

- 1. Depois de comprovada a apresentação de caução pelo adjudicatário, caso exigida, o órgão competente para a decisão de contratar aprova a minuta do contrato a celebrar.
- 2. O órgão para a decisão de contratar pode ainda, nos termos da lei, propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar.
- 3. A minuta do contrato será notificada ao adjudicatário, indicando-se, se for o caso, os ajustamentos propostos nos termos do número anterior.
- 4. O adjudicatário poderá reclamar contra a minuta do contrato no prazo de 5 (cinco) dias, presumindo-se, na falta de reclamação dentro desse prazo, que a minuta foi aceite.



UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Medicina Veterinária

Serviços Técnicos e Administrativos

5. A reclamação do adjudicatário apenas pode ter como fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integrem o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
6. No prazo de 10 (dez) dias após a receção da reclamação do adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
7. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário são notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 25.º

Outorga de Contrato

O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, hora e local em que ocorrerá a outorga do contrato.

Artigo 26.º

Legislação Aplicável

1. O presente Concurso Público rege-se pelo disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações subsequentemente introduzidas neste diploma legal.
2. Em tudo o que não estiver previsto no presente contrato ou nos documentos a ele anexos e que dele fazem parte integrante, será regulado pelo Códigos dos Contratos Públicos.

Artigo 27.º

Comunicações e notificações

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicatária dirigidas à FMV-ULisboa são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:
 - a) Presidente da FMV-ULisboa



UNIVERSIDADE DE LISBOA
Faculdade de Medicina Veterinária

Serviços Técnicos e Administrativos

- b) Morada: Avenida da Universidade Técnica, Pólo Universitário do Alto da Ajuda,
1300-447 Lisboa
- c) E-mail: presidencia@fmv.ulisboa.pt.
2. Qualquer alteração das informações constantes do contrato deve ser comunicada à
outra parte por escrito.

Faculdade de Medicina Veterinária, 30 de junho de 2025

O Presidente da Faculdade de Medicina Veterinária

Rui Manuel de Vasconcelos e Horta Caldeira
(Professor Catedrático)



UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Medicina Veterinária

Serviços Técnicos e Administrativos

ANEXO I

Modelo de declaração – Anexo I do CCP

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Medicina Veterinária

Serviços Técnicos e Administrativos

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Medicina Veterinária

Serviços Técnicos e Administrativos

ANEXO II

Declaração relativa a impedimentos

(nos termos dos n.ºs. 1, 3 e 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo,
aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro)

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que relativamente à sua representada (2) não se verificam quaisquer das situações de impedimento previstas nos n.ºs 1, 3 e 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro.

... (local), ... (data), ...

[assinatura]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».



UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Medicina Veterinária

Serviços Técnicos e Administrativos

Nota Explicativa para declaração relativa a impedimentos

Transcrição do Artigo 69.º (Casos de impedimento) do Decreto-Lei nº 4/2015 de 7 de janeiro que aprova o Código do Procedimento Administrativo

1. Administração Pública e os respetivos agentes, bem como quaisquer outras entidades que, independentemente da sua natureza, se encontrem no exercício de poderes públicos, não podem intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado da Administração Pública, nos seguintes casos:
 - a) Quando nele tenham interesse, por si, como representantes ou como gestores de negócios de outra pessoa;
 - b) Quando, por si ou como representantes ou gestores de negócios de outra pessoa, nele tenham interesse o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges, algum parente ou afim em linha reta ou até ao segundo grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem vivam em economia comum ou com a qual tenham uma relação de adoção, tutela ou apadrinhamento civil;
 - c) Quando, por si ou como representantes ou gestores de negócios de outra pessoa, tenham interesse em questão semelhante à que deva ser decidida, ou quando tal situação se verifique em relação a pessoa abrangida pela alínea anterior;
 - d) Quando tenham intervindo no procedimento como perito ou mandatário ou hajam dado parecer sobre questão a resolver;
 - e) Quando tenha intervindo no procedimento como perito ou mandatário o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges, parente ou afim em linha reta ou até ao segundo grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem vivam em economia comum ou com a qual tenham uma relação de adoção, tutela ou apadrinhamento civil;
 - f) Quando se trate de recurso de decisão proferida por si, ou com a sua intervenção, ou proferida por qualquer das pessoas referidas na alínea b) ou com intervenção destas.
2. Excluem -se do disposto no número anterior:



UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Medicina Veterinária

Serviços Técnicos e Administrativos

- a) As intervenções que se traduzam em atos de mero expediente, designadamente atos certificativos;
 - b) A emissão de parecer, na qualidade de membro do órgão colegial competente para a decisão final, quando tal formalidade seja requerida pelas normas aplicáveis;
 - c) A pronúncia do autor do ato recorrido, nos termos do n.º 2 do artigo 195.º
3. Sob pena das sanções cominadas pelos n.ºs 1 e 3 do artigo 76.º, não pode haver lugar, no âmbito do procedimento administrativo, à prestação de serviços de consultoria, ou outros, a favor do responsável pela respetiva direção ou de quaisquer sujeitos públicos da relação jurídica procedimental, por parte de entidades relativamente às quais se verifique qualquer das situações previstas no n.º 1, ou que hajam prestado serviços, há menos de três anos, a qualquer dos sujeitos privados participantes na relação jurídica procedimental.
4. As entidades prestadoras de serviços no âmbito de um procedimento devem juntar uma declaração de que se não encontram abrangidas pela previsão do número anterior.
5. Sempre que a situação de incompatibilidade prevista no n.º 3 ocorrer já após o início do procedimento, deve a entidade prestadora de serviços comunicar desde logo o facto ao responsável pela direção do procedimento e cessar toda a sua atividade relacionada com o mesmo.



UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Medicina Veterinária

Serviços Técnicos e Administrativos

ANEXO III

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP)

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º